



# Internações em UTIs dispararam pelo país

No DF, a ocupação de leitos chegou aos 90%. Em São Paulo, a alta nos registros ultrapassou os 700% em apenas 14 dias

» GABRIELA CHABALGOITY\*  
» MARIA EDUARDA ANGELI\*

A taxa de ocupação dos leitos públicos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) por complicações causadas pela covid-19 está em ascensão no Brasil. No Distrito Federal, por exemplo, a ocupação chegou a 90,16%, de acordo com a Secretaria de Saúde do DF (SES-DF). Em São Paulo, a taxa se aproxima de 80%, pois houve um crescimento de 770% nos últimos 14 dias — o salto foi de 42 pessoas para 365. No Mato Grosso, a reabertura de 40 leitos de UTI para tratamento contra o novo coronavírus não foi suficiente para conter a demanda por vagas.

No DF, são 83 leitos de UTI disponíveis na rede pública de saúde. Desse total, apenas seis estão vagos — sendo cinco específicos para pacientes adultos. No último domingo, o secretário de Saúde, Manoel Pafiadache, determinou, em reunião extraordinária, a ativação de 10 leitos de enfermaria para pessoas que estejam com suspeita ou confirmação de covid-19, na unidade anexa ao Hospital Regional de Samambaia (HRSam). A pasta afirmou que as vagas serão disponibilizadas durante esta semana.

Em São Paulo, em 10 de janeiro eram 98 leitos de UTI-covid no sistema hospitalar da cidade. Mas, no dia de ontem, 474 vagas foram preenchidas — um aumento de 380% nas ocupações de leitos no setor público.

No Mato Grosso, a taxa de ocupação chegou a 84,66%. De acordo com o boletim de acompanhamento da covid no estado, 225 pessoas estão em UTI com a doença. O documento mostra 160 pessoas ocupando leitos voltados

Jean-Philippe Ksiazek/AFP - 7/4/21



Com o aumento das infecções por causa da nova variante do coronavírus, internações nas UTIs sobem de forma vertiginosa

para tratamento da infecção.

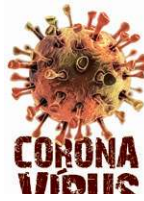
No Amazonas, que nesta época, no ano passado, enfrentou uma crise de abastecimento de oxigênio e de falta de respiradores para os pacientes, cerca de 20% dos leitos de tratamento intensivo voltados para o coronavírus estão disponíveis.

## Avanço da ômicron

Segundo o infectologista Julival Ribeiro, as hospitalizações, o número de pacientes nas UTI e

o número de mortes são os melhores termômetros para avaliar o avanço da variante ômicron no Brasil. “Se algum desses três (fatores) está elevado é preocupante, visto que as UTIs estão sendo ocupadas em alto grau”, diz o especialista. Ele reforça que os vacinados têm menor probabilidade de serem hospitalizados e morrerem.

Na visão do infectologista, o Brasil corre risco de sobrecarga



no sistema de saúde público e privado. “É necessário lembrar que os hospitais não atendem somente casos de covid, mas casos de influenza, infarto, acidentes. Se não estamos preparados para atender a todos esses pacientes, fica claro que corremos risco de colapso”, salientou.

O também infectologista Hemerson Luz, do Hospital das Forças Armadas (HFA), explica as altas taxas de infecção: “Mesmo

que tenha uma letalidade baixa, a variante ômicron, ao afetar muitas pessoas, proporcionalmente vai ter casos graves também em um número grande de pessoas”, salientou. O especialista lembra que “a vacina representa uma gestão de risco. É diminuir o risco de um caso grave, pois a maioria das pessoas internadas não são vacinadas ou estão parcialmente imunizadas”.

\*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

## Pressão para comprar a CoronaVac

» GABRIELA BERNARDES\*

Depois da autorização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) do uso da CoronaVac na imunização de crianças e adolescentes na faixa de 6 a 17 anos, os estados e municípios passaram a pressionar o Ministério da Saúde para a aquisição da vacina produzida pelo Instituto Butantan. O Consórcio Nordeste chegou a enviar, no mesmo dia da decisão da Anvisa, um ofício cobrando urgência da pasta na obtenção dos imunizantes.

Segundo o secretário-executivo do Ministério, Rodrigo Cruz, a pasta tem, em estoque, 6 milhões de doses da CoronaVac. Ele afirmou que a pasta ainda aguarda informações dos estados e municípios sobre a quantidade de doses que há em estoque em cada região. Por isso, de acordo com o secretário, ainda não está decidido o total de aplicação que o governo terá que comprar.

O Butantan afirmou que tem “alta capacidade de fornecimento de mais doses se houver demanda, além do estoque de 15 milhões disponível”. Segundo o presidente do instituto, Dimas Covas, podem ser produzidos 1 milhão de doses por dia. “Se houver novos contratos, estamos absolutamente preparados para atender. Podemos entregar 10 milhões de doses em um prazo de uma semana a 10 dias. Nós já fornecemos aos estados, como São Paulo, e estamos disponíveis para atendimento”, assegurou.

Devido a pressão pela CoronaVac, o cronograma vacinal da Pfizer — imunizante que também recebeu aval da Anvisa para o uso no público infantil — foi questionado. Diante disso, o laboratório esclareceu que, desde que recebeu a aprovação da Anvisa, em 16 de dezembro de 2021, começou a se preparar para a entrega do imunizante e cumpriu o cronograma estabelecido.

Para este mês, estava prevista, no dia 13, a primeira entrega com 1.248 milhão de doses do imunizante. Em 16 de janeiro chegaram mais 1.248 milhão. E ontem, conforme o contrato com o Ministério da Saúde, desembarcaram no Brasil mais 1.818 milhão de doses. (Com GC\*)

# Pandemia pode demorar a ir embora do Brasil

» MARIA EDUARDA CARDIM

O aumento de casos de covid-19 por causa da variante ômicron é visto no Brasil desde o início deste ano. A cepa já é responsável por 90% dos casos da doença e fez com que o país voltasse a bater recordes da média móvel de casos. Na Europa, a contaminação de grande parte da população é vista como uma nova fase da pandemia, que pode levar ao fim da crise sanitária. No entanto, especialistas alertam que o

desfecho no Brasil pode ser diferente dos países europeus.

Para o epidemiologista e vice-coordenador da sala de situação da Universidade de Brasília (UnB) — que monitora a pandemia desde o início —, Mauro Sanchez, “não se pode esperar que, neste ano, a gente tenha as mesmas condições que os países desenvolvidos de tornar a covid-19 uma doença endêmica. Não depende só do nível de imunização, seja pela vacina ou a imunidade conferida pela infecção natural.

Existem outros fatores”, explicou.

Segundo Sanchez, no Brasil a disponibilidade de insumos e aplicação de medidas é menos eficaz do que nos países europeus. “A primeira coisa que para nós não é exatamente igual é a rapidez para a disponibilidade das vacinas. A segunda, são os medicamentos antivírus, que estão começando a aparecer e estão começando a ser aprovados. Eles vão ajudar a minimizar a gravidade da situação quando se tem uma sobrecarga de internações.

Mas esses medicamentos vão ficar disponíveis com mais rapidez nos países europeus”, disse.

Além disso, o epidemiologista considera que a aplicação das medidas de prevenção contra a doença foi mais difícil no Brasil. “Na Europa, os governantes orientaram a população a usar máscaras, a ficar em casa e a só sair quando necessário. Aqui, a desigualdade social e realidade econômica não permitem que as pessoas tenham espaço para seguir grande parte das

recomendações. A gente não tem a possibilidade de adotar essas e outras medidas com a rapidez dos países envolvidos”, salientou.

Para reforçar a distância que separa o Brasil dos principais países europeus, dados divulgados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) mostram que o Brasil registrou, entre o domingo e ontem, 259 mortes pela covid-19 — há uma semana, foram 121. Assim, o país acumula 623.356 vidas perdidas para a doença. (Com GB\*)

## MEIO AMBIENTE

# STF susta trechos do decreto de cavernas

» CRISTIANE NOBERTO

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, a suspensão de trechos do decreto editado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) que alterava regras de proteção de cavernas e permitia a intervenção comercial nessas formações geológicas. Foram rejeitados dois pontos: a permissão da construção de empreendimentos e atividades em sítios considerados de utilidade pública; e a liberação para a exploração mesmo com proteção máxima dos órgãos ambientais.

Segundo Lewandowski, a

suspensão do ato presidencial era necessária diante do “risco de danos irreversíveis às cavidades naturais subterrâneas e suas áreas de influência”. A decisão foi dada em ação apresentada pela Rede Sustentabilidade, que recorreu ao STF com pedido de decisão liminar (provisória), alegando que as determinações do decreto “violam a Política Nacional de Biodiversidade e vários tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção da Diversidade Biológica”.

“A redução da proteção das cavidades naturais subterrâneas têm impactos diversos, incluindo o desequilíbrio da

fauna e a crescente ameaça de espécies em extinção, a destruição de formações geológicas, o comprometimento dos recursos hídricos provenientes de aquíferos cársticos, e os possíveis danos à biodiversidade e aos arquivos paleoclimáticos e arqueológicos abrigados nas cavernas”, destacou Lewandowski na decisão.

Para o ministro, o decreto “ameaça a biodiversidade e a integridade do patrimônio histórico, arqueológico e paleontológico nas regiões das cavidades naturais”.

Segundo Ricardo Fraga Pereira, professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal

da Bahia (IGeo/UFBA), a decisão ainda mantém algumas questões nocivas à proteção do patrimônio espeleológico. “Há um claro conflito de interesses, já que trata-se de uma matéria de competência do Ministério de Meio Ambiente. Para além disso, em se mantendo as demais partes que não foram anuladas, a conservação das cavernas ficará a mercê de uma normativa sem uma visão sistêmica, o que acarretará em prejuízos para a proteção do patrimônio espeleológico”, criticou.

O especialista ainda lembra que projetos ou empreendimentos se tornam obsoletos com o tempo, mas os danos causados

Nelson Jr./SCO/STF



Decisão do ministro impede construção junto a sítio geológico

por eles ao patrimônio formado pelas cavernas são perenes e irreversíveis. “Cavernas guardam informações relevantes e

estratégicas para entender o passado e o presente. São repositórios de informações do patrimônio natural”, afirmou.